

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

LUCIANA SANTOS PAES

**UMA ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES MARANHENSES PARA A REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA**

São Luís
2019

LUCIANA SANTOS PAES

**UMA ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES MARANHENSES PARA A REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Administração de Empresas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Walber Lins Pontes.

São Luís

2019

Santos Paes, Luciana.

Uma análise das exportações maranhenses para a República Popular da China / Luciana Santos Paes. – 2019.

Orientador (a): Walber Lins Pontes.
Monografia (Graduação) - Curso de Administração,
Universidade Federal do Maranhão, 2019.

1. Comércio exterior. 2. Balança comercial maranhense. 3.
Comércio exterior maranhense com a República Popular da
China. I. Lins Pontes, Walber. II. Título.

LUCIANA SANTOS PAES

**UMA ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES MARANHENSES PARA A REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Administração de Empresas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovador em: 02 /07/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Walber Lins Pontes (orientador)
Dr. em Informática na Educação / UFRGS
Universidade Federal do Maranhão

Prof. João Maurício Carvalho Beserra
Me. em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Laércio Benedito de Sousa Júnior
Esp. Em Gestão Empresarial e Marketing
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois não foram poucas as vezes que o procurei durante esses anos acadêmicos para pedir forças e paciência.

Agradeço aos meus pais, Lilian Suzana Araújo Santos e João Chrisostomo Chaves Paes Filho; aos meus irmãos, Leandro e Juliana Santos Paes. A toda a minha família, cheia de tios e primos: todos muito amados. Cada um deles contribuiu em algum momento para minha formação acadêmica, formação profissional e, principalmente, para a formação do meu caráter.

Aos meus amigos: aqueles da escola, da universidade e aqueles que a vida juntou, obrigada por perdoarem os meus momentos de recolhimento, vocês são as melhores pessoas que eu poderia conhecer e amo cada um. Um abraço especial aos que me acompanham desde a infância, ainda no colégio Marista, são todos tão amados, mesmo quando distantes.

Ao meu orientador, Professor Walber Lins Pontes, e a toda equipe de professores do curso de Administração da UFMA, eles dão o melhor que podem mesmo nas situações onde nós, os alunos, não apresentamos o nosso melhor lado.

Aos servidores do Tribunal Regional Eleitoral, com ênfase a SEGEP, que muito acrescentaram no meu desenvolvimento profissional. Não esperava tanto acolhimento quando comecei a estágio no tribunal, mas tive a sorte de ser destacada para um setor onde todos são prestativos e tem a enorme paciência em me ensinar. Sortudo será o estagiário que futuramente me substituirá, após o encerramento do meu trabalho.

A equipe do Instituto Confúcio, incríveis por possibilitar o intercâmbio cultural e essa experiência inacreditável de conhecer a China sem sair do meu país, mesmo que por pouco tempo. Muito acrescentaram na minha pesquisa e esse conhecimento com toda certeza está aplicado nas páginas dessa pesquisa.

A minha avó, Maria da Graça Araújo Santos, em uma categoria diferente da família, uma vez que ela merece todo o espaço que eu puder dar dentro do meu coração (e porque ela precisa de um pouco mais de atenção nesse momento).

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a finalização da graduação ou para a conclusão desse trabalho, não há páginas suficientes para expressar o tamanho da minha gratidão.

“O comércio é o grande civilizador.
Trocamos ideias quando trocamos
tecido”.

Robert G. Ingersoll

RESUMO

Este trabalho se propõe a construir a breve descrição das relações comerciais estabelecidas entre o Estado do Maranhão e a República Popular da China, no que se refere à pauta exportadora do estado. Em 2009, a China passa a ocupar o primeiro lugar no ranking de exportadores da produção brasileira, influência que se estende a região nordeste, onde o país asiático é um dos principais receptores de mercadorias nordestinas, abarcando grandes fatias de mercados como os dos estados da Bahia e Maranhão. Em 2017, o governo do estado do Maranhão enviou uma comissão ao continente asiático para aproximação dos dois territórios, já que o estado brasileiro possui a República Popular da China como um dos maiores destinos da pauta exportadora, que por sua vez é composta principalmente por produtos primários – agrícolas e minerais. Para a pesquisa foi-se então utilizado um estudo bibliográfico que faz uso de dados secundários, e análise de relatórios econômicos sobre o estado do Maranhão.

Palavras-chave: Comércio exterior; Balança comercial maranhense; Comércio exterior maranhense com a República Popular da China.

ABSTRACT

This paper proposes to construct the brief description of the commercial relations established between the State of Maranhão and the People's Republic of China, with regard to the exporting tariff of the state. In 2009, China ranks first in the ranking of exporters of Brazilian production, an influence that extends to the northeastern region, where the Asian country is one of the main recipients of Northeastern merchandise, encompassing large slices of markets such as the states of Bahia and Maranhão. In 2017, the state government of Maranhão sent a commission to the Asian continent to approach the two territories, since the Brazilian state has the People's Republic of China as one of the main destinations of the export agenda, which in turn is composed mainly of products agricultural and mineral resources. A bibliographic study using secondary data and economic analysis of the state of Maranhão was used for the research.

Keywords: Foreign trade; Maranhão trade balance; Foreign trade with the People's Republic of China.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT:	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMA:	National Accounts Main Aggregates Database
CAPES:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CUCI:	Classificação Uniforme para Comércio Internacional
EMBRAPA:	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FOB:	Free on Board
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMESC:	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
MDIC:	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
ME:	Ministério da Economia
MERCOSUL:	Mercado Comum do Sul
REN:	Revista Econômica do Nordeste
SECEX:	Secretaria de Comércio Exterior
SITC:	Standard International Trade Classification

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Saldo da balança comercial de 2015 a 2018.....	25
Figura 2 – Exportações, importações e saldo da balança comercial maranhense de 2008 a 2018.	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Exportações, importações e saldo da balança comercial entre os anos de 2000 a 2014.	24
Gráfico 2 – Participação maranhense nas importações e exportações brasileiras entre 2015 e 2018.	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais destinos das exportações brasileiras entre 2008 e 2009.	28
Tabela 2 – Principais destinos das exportações brasileiras em 2017.	29
Tabela 3 – Exportações, importações e saldo da balança comercial maranhense de 2015 a 2018.	37
Tabela 4 – Principais produtos que compõe a pauta exportadora do estado do Maranhão nos anos de 2015 a 2016.	38
Tabela 5 – Principais produtos que compõe a pauta exportadora do estado do Maranhão nos anos de 2017 a 2018.	39
Tabela 6 – Principais países que destinos da pauta exportadora do estado do Maranhão nos anos de 2015 a 2018.	40
Tabela 7 – Total anual de exportações maranhenses para a República Popular da China de 2015 a 2018.	42
Tabela 8 – Principais produtos maranhenses com destino a República Popular da China de 2015 a 2017.	44
Tabela 9 – Principais produtos maranhenses com destino a República Popular da China em 2018.	45
Tabela 10 – Participação das exportações maranhenses com destino a República Popular da China em 2015.	47
Tabela 11 – Participação das exportações maranhenses com destino a República Popular da China em 2016.	47
Tabela 12 – Participação das exportações maranhenses com destino a República Popular da China em 2017.	48
Tabela 13 – Participação das exportações maranhenses com destino a República Popular da China em 2018.	49

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O COMÉRCIO INTERNACIONAL	16
2.1	As teorias do comércio internacional	16
2.1.1	Teoria clássica do comércio internacional	17
2.1.2	Teoria neoclássica do comércio internacional	18
2.1.3	Novas abordagens do comércio internacional	18
3	O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO	21
3.1	Formação do comércio exterior brasileiro	21
3.2	Características do comércio exterior brasileiro atual	24
4	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	26
4.1	Relações comerciais sino brasileiras	26
4.2	Relações comerciais do Estado do Maranhão com a República Popular da China	29
5	METODOLOGIA	32
6	ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DAS EXPORTAÇÕES MARANHENSES	35
6.1	Produtos que compõem a pauta exportadora do estado do Maranhão nos últimos quatro anos	38
6.2	Principais destinos das exportações maranhenses	40
7	ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DAS EXPORTAÇÕES MARANHENSES PARA A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	42
7.1	Evolução do comércio exterior maranhense com a República Popular da China de 2015 a 2018.	42
7.2	Produtos que fundamentam o comércio exterior maranhense com a República Popular da China nos últimos quatro anos	43
7.3	Participação das exportações maranhenses no comércio exterior brasileiro em relação a produtos com destino a República popular da China	46
8	CONCLUSÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
	REFERÊNCIAS	53
	ANEXO A – REPORTAGEM	56

ANEXO B – REPORTAGEM.....	59
----------------------------------	-----------

1 INTRODUÇÃO

O contexto econômico global é marcado pela interação entre diversos países, enredados pela interdependência de relações comerciais formadas entre as nações. A expansão das multinacionais é proveniente do processo de globalização da economia e permite o crescimento e amadurecimento das relações financeiras, bem como a transferência de tecnologia e concepção de vínculos trabalhistas. Já os índices de importação e exportação são relativos à compra e venda respectivamente, definindo o saldo da balança comercial de cada país.

Inserido nesse cenário, o Brasil possui uma rede de relações comerciais que atingem diversos setores de interesse, com uma variedade de produtos compondo o mercado. A produção primária - como a agropecuária e extração de minérios -, além da produção industrial, fazem parte da pauta exportadora brasileira, com destino a países como Estados Unidos, Argentina, Alemanha, Canadá e nações provenientes do continente asiático, como China, Japão e Coreia do Sul. Ainda, há a recepção de mercadorias desses mesmos países, o que resulta em uma série intrincada de negociações feitas para gerir as trocas comerciais.

No que se refere à relação comercial brasileira, nota-se a influência chinesa sobre os índices de exportação e importação. Em 2009, a República Popular da China passa a ocupar o primeiro lugar no *ranking* de exportadores da produção brasileira, de acordo com o Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019), mantendo-se até 2018, onde o montante chegou a aproximadamente US\$ 64,21 Bilhões, com uma participação de 26,8% nas exportações do ano.

A influência chinesa estende-se a região nordeste, onde o país asiático é um dos principais receptores de mercadorias nordestinas, abarcando grandes fatias de mercados como os dos estados da Bahia e Maranhão, o último destinando aproximadamente 26% de seu mercado exportador para o país asiático, em 2018 (Brasil, 2019). Os índices econômicos do estado do Maranhão são influenciados pelas ações de promoção ao comércio exterior, que, por sua vez, conta com uma forte presença da República Popular da China.

Encontra-se, portanto, uma variedade de estudos sobre as relações históricas e comerciais entre a República Popular da China e o Brasil, bem como

análises de sua importância para a manutenção de saldos comerciais dos dois países. Quanto ao que se refere o estado do Maranhão, entretanto, a abordagem fica por conta de dados ministeriais e a produção científica da área, havendo modificações no mercado e nas relações comerciais entre o estado e a China, no decorrer dos últimos quatro anos.

Explorações recentes feitas por dirigentes do estado do Maranhão demonstram que a aproximação entre estado e o país asiático são de interesse para a economia maranhense. Em 2017, um grupo composto pelo então secretário de Indústria, Comércio e Energia e pelo secretário de Programas Especiais do Maranhão embarcaram rumo à República Popular da China com o objetivo de estreitar as relações comerciais entre os territórios e atrair investimento chinês, segundo dados obtidos através da Agência de Notícias do Governo do Estado do Maranhão (2019).

É no intuito de descrever a relação entre a economia maranhense e as exportações com destino a China nos últimos quatro anos que a pesquisa traz como questão-problema: Quais as características do comércio exterior maranhense com a República Popular da China? Sendo o item apresentado através de uma exposição de dados sobre as exportações maranhenses para o país.

Desta maneira, a escolha do tema proposto foi feita visando contribuir para o entendimento sobre as interações comerciais do estado do Maranhão com a República Popular da China, através da exploração de dados recentes que concernem à relação comercial estabelecida entre os dois territórios, ao que se refere à balança comercial maranhense e as exportações com destino a China. Assim, o objetivo geral a ser alcançado pela pesquisa é o entendimento das características das exportações maranhenses para a República Popular da China.

Para tanto, os objetivos específicos foram divididos em capítulos, tratando, primeiramente da descrição das características do comércio exterior maranhense nos últimos quatro anos; da caracterização da evolução do comércio exterior maranhense com a República Popular da China entre 2015 e 2018, juntamente com a identificação dos produtos que fundamentam a pauta exportadora do estado do Maranhão nessa relação; a avaliação da dependência maranhense do comércio exterior com o país asiático; e por fim o nível de participação do estado do Maranhão em relação às exportações brasileiras para a China.

A pesquisa é composta então pela introdução, referencial teórico abordando os principais conceitos utilizados para a produção do trabalho, metodologia aplicada, uma descrição do campo de pesquisa, além da apresentação de resultados e considerações finais.

2 O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Os estudos sobre a economia internacional e comércio exterior possuem o objetivo de compreender os mecanismos das trocas comerciais e descrever métodos utilizados pelas nações que garantam vantagens na venda e compra de mercadorias a nível internacional. De acordo com Werneck (2011, p. 22) “Se vendedor e comprador estão situados em diferentes países, trata-se de comércio internacional”, definição esta que relaciona o comércio entre diferentes nações com a separação territorial, determinante nos trâmites comerciais.

Por sua vez, trazendo a ideia de resultados financeiros provenientes da negociação e da comercialização realizada entre as nações, Soares (2004) descreve o comércio exterior como:

Uma operação de compra e venda internacional como aquela em que dois ou mais agentes econômicos sediados e/ou residentes em países diferentes negociam uma mercadoria que sofrerá um transporte internacional e cujo resultado financeiro sofrerá uma operação de câmbio. (SOARES, 2004, p. 13).

Partindo desse princípio, torna-se importante compreender os estudos do comércio internacional, apresentando as principais teorias e fundamentos a ele pertencentes, para que assim, no capítulo seguinte, serem descritas as características do comércio exterior brasileiro e as relações comerciais com a República Popular da China.

2.1 As teorias do comércio internacional

As nações realizam trocas comerciais entre si por possuírem diferenças, segundo Krugman e Obstfeld (2015), e essas diferenças determinam que cada país produza aquilo no qual possua vantagem, com mais eficiência do que se viesse a produzir em seu próprio território todos os bens que consome. Cassano (2002), por sua vez, comenta que, segundo a óptica da ciência econômica, o comércio internacional é utilizado pelas nações para a completa utilização de seus fatores produtivos.

A primeira abordagem sobre comércio internacional surge a partir dos estudos mercantilistas, sob o contexto da expansão econômica mundial, comércio

de metais preciosos e aplicação de práticas protecionistas, além da visão estática do uso de recursos econômicos, tais como capital, trabalho e insumos. O protecionismo, segundo a óptica dos mercantilistas, era consequência da influência direta do poder estatal sobre mercado e do pressuposto de que uma nação apresentava poderio econômico quando o nível de exportações excedia o nível de importações. (SALVATORE, 2000).

2.1.1 Teoria clássica do comércio internacional

Logo em seguida, nos séculos XVIII e XIX, surgem os teóricos pertencentes à teoria clássica do comércio internacional. Os novos estudos fazem contraponto com os mercantilistas em relação ao papel do Estado nas relações comerciais, reduzindo o poder estatal e necessidade de regulamentação, reforçando as ideias propostas pelo liberalismo econômico.

Adam Smith, na publicação da obra *A Riqueza das Nações*, de 1776, defende que a base do comércio entre nações seria a especialização da produção, onde o país tende a ter foco na produção do bem ao qual tem vantagem absoluta sobre os demais, com ganhos advindos da diminuição de custos, devido ao uso da menor quantidade de insumos e do aumento da produtividade por hora trabalhada. Segundo Smith, os países deveriam adquirir através do comércio com outros países, aqueles produtos aos quais não possuem vantagem absoluta, estabelecendo assim o equilíbrio do comércio entre nações.

Ainda na teoria clássica do comércio internacional, David Ricardo, na obra *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817), constrói a Lei das Vantagens Comparativas, estendendo as ideias de Adam Smith. David Ricardo estabelece que as nações têm tendência a produzir aquilo que possui vantagens em comparação com as demais, vantagens essas que provém também da produtividade - em uma análise sobre recursos utilizados, mão de obra necessária e horas trabalhadas para a produção. O país, então, produz aquilo no qual é mais eficiente e adquire aqueles bens aos qual sua vantagem comparativa é menor.

2.1.2 Teoria neoclássica do comércio internacional

Pertencente à teoria neoclássica (século XX), o teorema proposto por Hecksher (1919) e Ohlin (1933), com contribuições de Samuelson (1948), é conhecido como a Teoria das Dotações de Valores ou Modelo Hecksher-Ohlin e estabelece um estudo a partir do pressuposto de que “os países tendem a exportar mercadorias cuja produção seja intensiva nos fatores com os quais os países são dotados abundantemente” (KRUGMAN; OBSTFELD, 2015, p. 76), o que demonstra que a especialidade de um país seria fortemente influenciada pela abundância de fatores de produção, como recursos naturais, recursos humanos e capital necessário. A presença desses fatores em um país incide diretamente na diminuição de custos e, portanto, representam uma vantagem sobre países que não possuem as mesmas condições de produção.

O Paradoxo de Leontief, segundo Machado (1997), partiu do teste experimental de Wassily Leontief (1953) acerca do funcionamento do já citado Modelo Hecksher-Ohlin, obtendo resultados contrários ao esperado. A pesquisa empírica de Leontief foi realizada tendo como objeto de estudo o comércio exterior dos Estados Unidos, onde, pela Teoria da Dotação de valores, citada anteriormente, as exportações deveriam ser compostas de bens intensivos do fator capital, já que tal fator era abundante no país de estudo.

O que se observou através das informações reunidas por Leontief, entretanto, foi um cenário oposto: as exportações americanas eram mais intensivas em fator trabalho do que se comparado às importações, resultado inesperado diante do proposto pelo Modelo Hecksher-Ohlin.

2.1.3 Novas abordagens do comércio internacional

Após as teorias neoclássicas, outros estudos foram feitos, como o de Linder (1961), que avaliava o comércio internacional não pelo viés da vantagem comparativa, mas em um estudo sobre demanda como condutor do equilíbrio do comércio entre nações e ainda acrescentando a existência de produtos não homogêneos, com diferentes características e atributos. Por sua vez, Vernon (1979) defendia a Teoria do Ciclo de Vida dos Produtos, teoria que associa o mercado internacional a tecnologia acrescida aos produtos.

Segundo Porter (1989), os estudos feitos anteriormente, pertencentes a teoria clássica do comércio internacional, definem os fatores de produção como recursos naturais e uso da mão de obra, com base nesses fatores desenvolvem as vantagens comparativas, porém não considerando os efeitos da globalização e ampliação tecnológica, principalmente no que diz respeito ao setor industrial, além da diferenciação de mercados e produtos.

O autor então propõe a busca por vantagens competitivas:

A nova teoria deve ir além da vantagem comparativa, para se concentrar na vantagem competitiva dos países. Ela precisa refletir o conceito fecundo de competição, que inclui mercados segmentados, produtos diferenciados, diversidades tecnológicas e economias de escala. É importante que não se limite aos aspectos de custo e explique por que as empresas de alguns países são melhores do que outras na geração de vantagens baseadas na qualidade, nas características e na inovação dos produtos. (POTTER, 1989, p. 21).

Por sua vez, Porter (1989) identifica que a melhoria, inovação e mudanças, são fatores essenciais na obtenção de vantagens competitivas:

As empresas atingem vantagem competitiva através das iniciativas de inovação. Elas abordam a inovação no seu sentido mais amplo, abrangendo novas tecnologias e novas maneiras de fazer as coisas. Elas percebem uma nova base para a competição ou encontram melhores meios para competir à moda antiga. (POTTER, 1989, p. 21).

Para Krugman (1985) os retornos crescentes de escala são fatores determinantes para a mudança de foco do comércio internacional. Segundo o autor, a aglomeração de produtores permite que o foco passe a ser o comércio regional e não o comércio entre nações anteriormente citado e também ressalta, juntamente com Helpman (1984), a importância das economias de escala para o comércio internacional:

Em um mundo no qual os retornos crescentes existem, a vantagem comparativa resultante da diferença entre os países (dotação de fatores) não é a única razão para a existência do comércio. As economias de escala criam um incentivo adicional e geram comércio mesmo se os países forem idênticos em gostos, tecnologias e dotações de fatores (HELPMAN; KRUGMAN, 1991, p. 261).

A partir do conhecimento das teorias de comércio internacional e das diferentes percepções da obtenção da vantagem no comércio entre nações, podemos entender os conceitos referentes à balança comercial e contextualizá-los de acordo com as características do comércio exterior brasileiro e, em uma perspectiva regional, estudar o comércio exterior maranhense.

3 O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

A balança comercial está relacionada com a entrada e saída da produção de um país, através da exportação e importação (BRUM, 2005). O Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019) define que “a exportação compreende a saída temporária ou definitiva em território nacional de bens ou serviços originários ou procedentes do país, a título oneroso ou gratuito. ”. Por sua vez, a importação “compreende a entrada temporária ou definitiva em território nacional de bens ou serviços originários ou procedentes de outros países, a título oneroso ou gratuito.” (Brasil, 2019).

Para Castro (2004), há uma relação entre a saída de produtos de um determinado país e a entrada de capital em relação às exportações. Por sua vez, a importação torna-se o oposto, visto que, segundo o autor, é a entrada de mercadorias, resultando na saída do capital.

Segundo Carbaugh (2004), quando o saldo entre exportações e importações é positivo, há superávit comercial, quando o saldo é negativo, há um déficit e o equilíbrio do comércio externo dá-se quando não ocorre déficit ou superávit na balança de pagamento. As políticas econômicas adotadas por cada país afetam diretamente os resultados da balança comercial. Políticas de proteção à produção nacional, políticas de abertura ao capital estrangeiro, índices de incentivo à exportação e a importação são fatores responsáveis pela flutuação dos índices do comércio exterior.

Dessa forma, a política voltada ao comércio exterior brasileiro passou por diversas alterações na linha histórica do país, passando pelas práticas de proteção ao mercado nacional, até a adoção de medidas de abertura econômica.

3.1 Formação do comércio exterior brasileiro

A integração brasileira ao comércio internacional teve início no período colonial, segundo Brum (2005), através da produção manufatureira dedicada à exportação, que contava com o forte domínio da coroa portuguesa e influência inglesa, produzindo e exportando com o objetivo de fortalecer o comércio da metrópole. As práticas do capitalismo mercantil eram alicerces para o desenvolvimento do comércio do Brasil colônia. Após o período de colônia, o Brasil

passou por tentativas de alteração do mercado, e da expansão da indústria frente a uma cultura de manufatura.

A partir 1930, impulsionado pelos ideais nacionalistas e de proteção do mercado nacional, o setor industrial brasileiro passou por um forte crescimento, com o intuito de aproveitar os fatores econômicos que o país possuía e desestimular a importação de bens. Para Brum (2005) a década de 50 foi marcada pela maior abertura a empresas multinacionais e ao investimento estrangeiro, promovido pelo governo de Juscelino Kubitschek

Até 1960, o comércio exterior brasileiro foi caracterizado por práticas de proteção a produção nacional, de acordo com Baumann (2004). Em 1965, os métodos de incentivo a exportação começam a surgir, através de isenções de impostos, porém ainda se aplicavam medidas que controlavam a importação de produtos com a intenção de preservar o equilíbrio da economia brasileira.

Em 1987, deu-se início a reformas com novo estudo sobre as tributações aplicadas sobre as exportações e importações brasileiras,

A partir daí foram introduzidos três programas de reduções tarifárias: em 1988, em 1991, com a aceleração do ritmo de reduções das alíquotas, e novamente em 1994, com o Plano Real, com a nova aceleração do processo e antecipação da adoção - a partir de setembro daquele ano - da Tarifa Externa Comum do Mercosul prevista para entrar em operação em janeiro de 1995 para boa parte dos produtos. A reforma de 1990 implicou ainda a eliminação dos regimes especiais de importação e das barreiras não-tarifárias, assim como a modificação substantiva das instituições encarregadas da política comercial externa. (BAUMANN, 2004, p. 166).

Em 1991, foi criado o Mercado Comum do Sul, o denominado Mercosul, o bloco econômico sul americano que define a coordenação de políticas econômicas entre os países pertencentes ao acordo. Nos primeiros anos de sua criação, o Mercosul alavancou o comércio do Brasil com países membros do bloco, principalmente ao que diz respeito aos índices de exportações brasileiras com destino a países da América do Sul (BAUMANN, 2004). Porém, de acordo com Gonçalves (2005), a partir de 2001, o Mercado Comum do Sul tem perdido a importância na avaliação do comércio exterior, ressaltando que, segundo o autor, as economias dos países latinos passam por períodos de instabilidade e vulnerabilidade.

Em relação à economia brasileira, os anos de 1990 a 2000 foram marcados por uma série de técnicas neoliberais para a contenção dos índices de inflação, como o Plano Real, em 1993, que programou medidas de ajuste fiscal e implantou o Real como moeda oficial brasileira (BRUM, 2005).

De acordo com Gonçalves (2005), entre 1990 e 2002, pauta exportadora brasileira poderia ser descrita como:

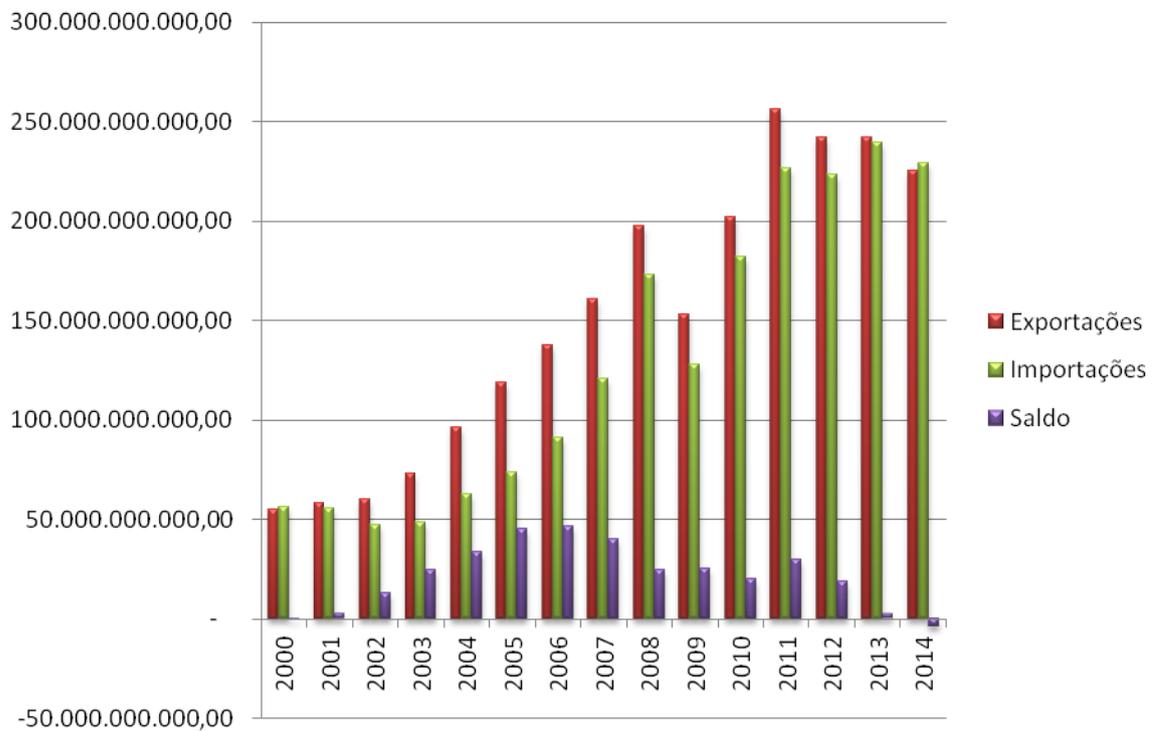
No conjunto dos principais produtos exportados pelo Brasil, a pauta continua fortemente marcada por produtos primários, com baixo grau de processamento e elevada intensidade de recursos naturais. Os destaques são minério de ferro, soja, carne, pasta de madeira, açúcar e fumo. [...] No entanto, não se deve negligenciar o fato de que entre os principais produtos exportados pelo país há um pequeno número de produtos intensivos em capital e/ou tecnologia (automóveis, aviões, peças e componentes para veículos). (GONÇALVES, 2005, p. 264).

Ainda segundo Gonçalves (2005), o fenômeno de reprimarização, ocorrida entre os anos de 2003 a 2004, decorreria da substituição das exportações de produtos manufaturados pela exportação de produtos básicos, primários, como consequência da variação e aumento do preço das commodities a nível internacional, tornando-se atrativo ao mercado brasileiro investir em produtos com pouco ou nenhum processamento.

A forte presença da produção primária na pauta exportadora do país também sugere maior dependência do mercado internacional e, por tanto, maior vulnerabilidade em relação à economia externa (GONÇALVES, 2005).

De 2000 a 2014 o Brasil passou por uma série de altas e baixas econômicas acompanhando o cenário internacional, fato que se refletiu nas exportações e importações brasileiras, como pode ser observado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Exportações, importações e saldo da balança comercial entre os anos de 2000 a 2014.



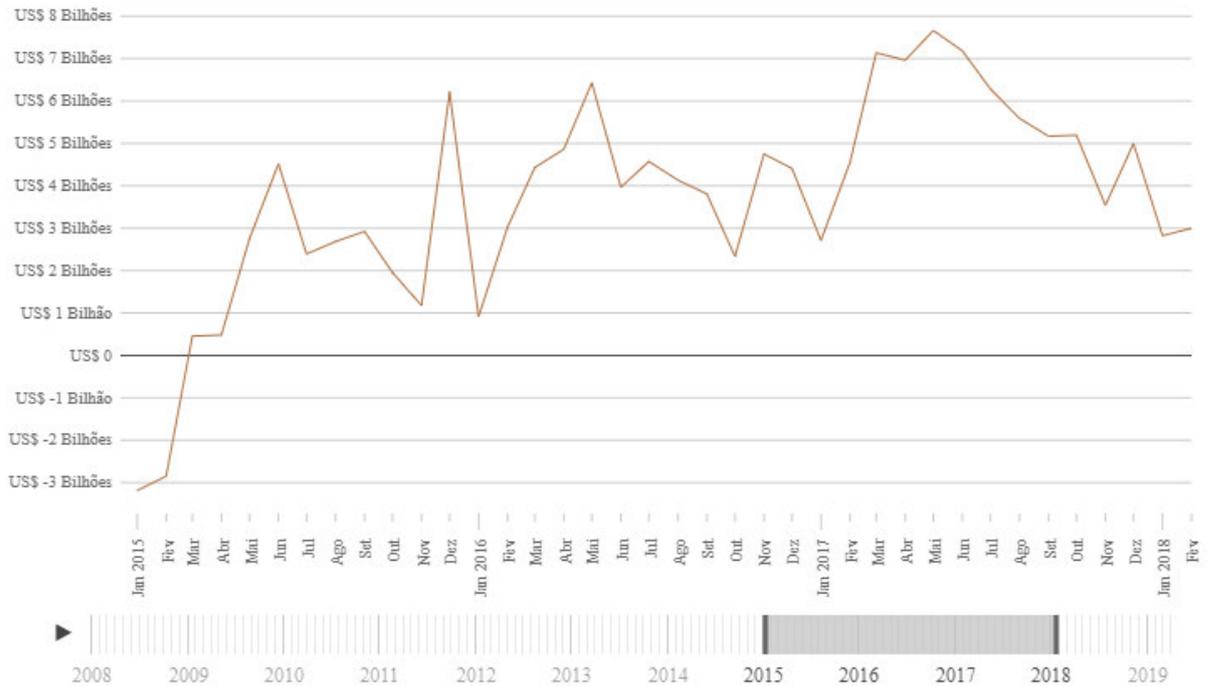
Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

Em 2014, o Brasil apresentou saldos deficitários na balança comercial, voltando a obter crescimento em 2015 e registrando saldo positivo em 2016, como será descrito a seguir.

3.2 Características do comércio exterior brasileiro atual

Segundo dados obtidos pelo Ministério da Economia, através da pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019), e com uso do sistema *Comex Vis* (2019), em 2017, o país exportou um valor total de US\$ 217.739,2 Milhões e importou US\$ 150.749,5 Milhões, gerando um saldo superavitário de US\$ 66.989,72 Milhões.

Figura 1 – Saldo da balança comercial de 2015 a 2018.



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

Os índices positivos em relação a balança comercial se mantiveram em 2018, de acordo com a Figura 1, com cerca de US\$ 58,66 Bilhões, mesmo com a diferença de US\$ 8,33 Bilhões em relação ao ano anterior (Brasil, 2019).

4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A relação comercial entre Brasil e República Popular da China é um grande influenciador dos índices atuais da economia brasileira. A China permanece como um dos principais parceiros comerciais do país (Brasil, 2019), se fazendo necessária a exploração das relações no âmbito nacional e logo após a angulação do tema, com foco no estado do Maranhão.

Para tanto, é necessário traçar primeiramente um contexto histórico de relações a nível nacional e logo após apresentar dados em relação ao comércio com o Maranhão com a República Popular da China.

4.1 Relações comerciais sino brasileiras

O Brasil possui relações de comércio com diferentes países, anualmente exportando e importando mercadorias de nações como Estados Unidos, Argentina, Canadá e China. Em uma perspectiva histórica, a liderança no *ranking* de principais exportadores de produtos brasileiros pertencia aos Estados Unidos (Brasil, 2019), porém, mudanças ocorridas no quadro geral da economia chinesa, como resultado da abertura econômica do país e a consequente modernização de suas relações com a economia internacional foram fatores determinantes no estreitamento de laços comerciais com o Brasil (MORAES, 2004).

A primeira fase das relações entre Brasil e República Popular da China deu-se com uma série de negociações diplomáticas entre 1949 a 1974, em um período onde os dois países diferiam em ideologias - Brasil sob forte influência norte americana e a China em processo de fortalecimento de sua economia em meio à influência da antiga União Soviética (BECARD, 2011).

Os anos de 1975 a 1980 foram marcadas por visitas diplomáticas a China e por mudanças econômicas ocorridas nos dois países internamente, como o estímulo a abertura da economia chinesa e o fortalecimento dos índices econômicos brasileiros em caráter regional. A partir de 1990, com profundas transformações na política internacional, a República Popular da China retoma a aproximação com a América Latina e países do sul (BECARD, 2011).

Ferchen (2011) comenta sobre o efeito provocado pela atuação chinesa em diversos mercados, a ponto de modificar as relações comerciais a um nível global, mas com ênfase em países da América Latina, África e do sudeste asiático, que segundo o autor, possuem características semelhantes com a China, sendo países em expansão econômica:

Especificamente, as percepções e expectativas de governos e líderes empresariais, bem como de cidadãos comuns de países na América Latina terão um papel crucial na determinação de como se desenvolverão as relações econômicas e políticas entre seus países e a China. Por seu turno, a China tem consistente e positivamente caracterizado a sua expansão do comércio e de investimentos com regiões do mundo em desenvolvimento, em particular com a América Latina, África e Sudeste Asiático, como uma parceria com benefícios mútuos (“win-win”). Por meio de canais oficiais da diplomacia e da mídia, a China tem enfatizado que os laços mutuamente benéficos com essas regiões são um resultado lógico das relações com a China, em si um país ainda em desenvolvimento. Nesse cenário de benefício mútuo, a China alega que essas interações deveriam ser interpretadas como um resultado natural das relações “Sul-Sul”. (FERCHEN, 2011, p. 105-106).

A partir de 1993, a relação com República Popular da China passa a assumir caráter estratégico na política econômica brasileira, com a elevação dos vínculos comerciais entre os dois países provenientes do aumento dos índices de exportação, principalmente de matérias primas e fontes energéticas (BECARD, 2011).

As relações comerciais entre o Brasil e a China, segundo Melo (2011, p. 454), foram aspectos decisivos para o refreamento da queda dos índices da economia brasileira durante o período de 2008 a 2010, pois “as importações crescentes [...] foram fundamentais para amortecer os efeitos da recessão global nas contas externas brasileiras, à medida que a demanda chinesa garantiu alta das *commodities*.”. Essas modificações garantiram o aumento nas trocas comerciais com o Brasil e, a partir de 2009, o país asiático passa a ocupar o primeiro lugar no *ranking* de exportadores de produtos brasileiros, fato esse que é repetido nos anos consecutivos.

Tabela 1 – Principais destinos das exportações brasileiras entre 2008 e 2009.

País	2008 Participação (%)	2009 Participação (%)
China	8,29	13,2
Estados Unidos	13,85	10,2
Argentina	8,89	8,36
Países Baixos (Holanda)	5,3	5,33
Alemanha	4,47	4,04

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

Em outra análise, porém, identifica-se que os produtos exportados para a República Popular da China são principalmente provenientes do agronegócio e a extração de minérios, além da exploração de fontes de energia, suprimindo a necessidade do mercado chinês, enquanto os produtos que entram no Brasil através da importação com a China, são produtos industrializados, com maior valor tecnológico, como afirma Conti e Blikstad (2011):

Do ponto de vista econômico, os objetivos chineses no Brasil são primordialmente: i) no tocante aos bens, abastecer-se de commodities agrícolas e minerais brasileiras; e o acesso ao mercado interno brasileiro para a venda de bens industriais chineses (inicialmente bens de consumo de baixa tecnologia, mas progressivamente caminhando para bens de mais alta tecnologia e bens de capital); ii) no tocante aos ativos, a aquisição de terras, jazidas minerais, empresas do setor de energia elétrica e demais empresas potencialmente compradoras de bens intermediários e de capital chineses; e a melhoria da infraestrutura (notadamente de transportes) para o escoamento das commodities (CONTI; BLIKSTAD, 2011, p. 29).

De acordo com Jenkins (2015), a procura chinesa por produtos básicos do Brasil gera o que pode ser denominado com desindustrialização brasileira, já que a importância do comércio com a China tem maior relação com a produção agrícola e a extração de minerais para suprir a demanda do mercado chinês:

A China representa não apenas uma fonte de competição para os fabricantes brasileiros, mas também um mercado potencial. No entanto, a maior parte das exportações brasileiras para a China é de produtos primários e matérias-primas processadas, e a participação de manufaturas tem sido limitada. [...] Embora apenas parte do aumento das importações chinesas tenha deslocado a produção doméstica, fica claro que o relacionamento comercial bilateral global teve um impacto negativo na indústria brasileira. (JENKINS, 2015, p. 23, tradução nossa).

Em dados mais recentes, obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços, demonstram que em 2017 o principal parceiro comercial do Brasil foi a República Popular da China, movendo um valor de US\$ 47,49 Bilhões, com 21,8% de participação nas exportações brasileiras, seguido pelos Estados Unidos, Argentina, Países Baixos (Holanda) e Japão.

Tabela 2 – Principais destinos das exportações brasileiras em 2017.

País	Valor FOB (US\$ Bilhões)	Variação*(%)	Participação (%)
China	47,49	35,2	21,8
Estados Unidos	26,87	16,1	12,3
Argentina	17,62	31,3	8,092
Países Baixos (Holanda)	9,25	-10,4	4,25
Japão	5,26	14,3	2,42

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

*Variação em relação ao ano anterior.

Novamente, pode-se identificar a forte concentração da exportação de produtos básicos como soja, minério de ferro e óleos derivados de petróleo, enquanto nos índices de importação constam produtos entrantes chineses de fator agregado mais alto.

A partir do que foi anteriormente exposto, onde foi possível traçar um breve histórico das relações entre Brasil e a República Popular da China e suas características comerciais, traz-se então um estudo no âmbito regional, com foco no estado do Maranhão e suas relações comerciais com o país asiático.

4.2 Relações comerciais do Estado do Maranhão com a República Popular da China

O estado do Maranhão, de acordo com dados do censo de 2018, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), cobre a área de 329.642,170 km², com a população de 7.035.055 pessoas, resultando na densidade demográfica de 19,81 hab./km². A pauta exportadora maranhense é baseada principalmente em produtos agrícolas e produtos a base de minérios. Já a República Popular da China cobre cerca de 9.596.960 Km², sendo país mais populoso do

mundo com cerca de 1.415.045.92 pessoas, com renda per capita de US\$ 8.682 em 2017 (*National Accounts Main Aggregates Database - AMA, 2019*).

A República Popular da China entra como um dos principais destinos dos produtos do Estado do Maranhão, acompanhando o cenário brasileiro de comércio internacional. Por tanto, torna-se importante analisar os dados sobre as trocas comerciais entre a região e o país asiático, na perspectiva de entender através dos índices, como as relações comerciais com a China influenciam a economia maranhense.

Segundo Melo e Moreira (2010), o Efeito China, como é chamado a atuação chinesa a nível mundial nos últimos anos, também gerou impactos nas exportações e importações realizadas pela região nordeste, retratando o país asiático como principal receptor de produtos da Bahia e Maranhão, e estados como Ceará, Pernambuco e Paraíba, os principais compradores de mercadorias chinesas no nordeste.

Melo (2011) comenta a importância do comércio com a República Popular Chinesa para a região, através de dados:

De fato, as trocas comerciais da região Nordeste com a China também tomaram impulso nos anos 2000 e são responsáveis por grande parte do crescimento da corrente de comércio regional com o mundo. No período 2003-2008, as vendas externas nordestinas para a China cresceram, em média, 68% ao ano e as compras registraram crescimento médio anual de 64%. A participação desse destino no comércio externo nordestino tem registrado importância cada vez maior para a dinâmica das trocas externas da região. (MELO, 2011, p. 461).

Ainda acordo com Melo (2011), o Efeito China chega a ser mais visível em relação ao estado do Maranhão, onde o foco da produção reside sobre produtos provenientes da exploração de minérios e do agronegócio, gêneros já anteriormente citados como pertencentes aos principais setores de interesse chinês nas relações com países da América do Sul. Entre 2008 e 2010, a exploração de minério e a produção de matérias primas, como a soja, tiveram como maior destino o mercado chinês:

O Maranhão, dentre os estados observados individualmente, é o único em que, em 2008 e 2010, esse índice esteve acima daquele registrado pela região (exclusive estados selecionados) e pelo País, situação essa justificada pela forte participação da China como compradora dos produtos estaduais, tais como soja e minério de ferro. A retração registrada em 2009

justifica-se pelo ano atípico de crise internacional e pela redução das compras desse mesmo país importante e decisivo parceiro na pauta compradora maranhense. De fato, a forte presença da China como parceira comercial do Maranhão revela forte concentração dos destinos, o que implica em reflexos imediatos nas vendas a partir de qualquer oscilação de demanda advinda daí. (MELO, 2011, p. 465).

Dados mais recentes demonstram que, em 2017, os principais compradores de produtos maranhenses foram Canadá, China e Estados Unidos, Espanha e Países Baixos (Holanda), respectivamente (Brasil, 2019). Ocupando a segunda posição nas exportações maranhenses, a República Popular da China exportou cerca de US\$ 645,27 Milhões em mercadorias, com uma variação de 173,7% em relação ao ano anterior e a participação de 21,3% do mercado de exportações do estado do Maranhão.

Em outra análise, em relação aos índices de importação, a República Popular da China ocupou a 10ª colocação no *ranking* de importadores de produtos maranhenses, com uma porcentagem menor do que 2,0, e a variação o de -41,9% em relação ao ano anterior (Brasil, 2019). Já em 2018, de janeiro a outubro as exportações ao país asiático representaram cerca de 26% do total de produtos exportados, garantindo a República Popular da China a primeira posição entre compradores no comércio exterior maranhense, com Estados Unidos, Canadá, Espanha e Noruega logo em seguida no *ranking* de exportações. As importações, entretanto, diminuíram cerca de 24,4% em relação a 2017 no mesmo período (Brasil, 2019).

5 METODOLOGIA

Neste capítulo faz-se uma apresentação da metodologia utilizada na pesquisa, para entender as características do comércio exterior do estado do Maranhão com a República Popular da China, percorrendo sua classificação segundo autores da área e apresentando bases utilizadas para a coleta e análise de dados. Para tanto, será utilizada a taxonomia de tipos de pesquisa segundo Vergara (2004), classificando o estudo seguindo os critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios.

A presente pesquisa, quanto a sua finalidade, pode ser classificada como exploratória, que segundo Gil (2010) tem objetivo de explicitar e obter familiaridade com o problema proposto. A pesquisa exploratória “Caracteriza-se por uma primeira aproximação com o tema-problema-objeto e busca estabelecer os primeiros contatos com o fenômeno de interesse” (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013, p.64).

Segundo Vergara (2004):

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. (VERGARA, 2004, p. 47).

Por tanto, o presente estudo também pode ser classificado como uma pesquisa descritiva, visto que pretende apresentar as características do comércio exterior do Maranhão com a República Popular da China, através da descrição de dados obtidos no decorrer do estudo.

Trata ainda do uso de livros que contemplem a temática sobre economia internacional, comércio exterior, balança comercial e desenvolvimento econômico a nível nacional e regional. Conta artigos publicados na área e relatórios sobre exportação, importação e o saldo balança comercial. Por tanto, segundo a classificação de Vergara (2004), a pesquisa pode ser classificada como um estudo bibliográfico que faz uso de dados secundários.

Para Mattar (2005), dados primários são aqueles nunca obtidos e analisados em trabalhos anteriores, por tanto, como a presente pesquisa se utilizará de

informações contidas e organizadas por bases de dados, fará uso de dados secundários.

As bases de dados para pesquisa de artigos utilizados para compor o referencial teórico serão a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Revista Econômica do Nordeste (REN), pertencente ao Banco do Nordeste, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), entre outras bases de pesquisa científica da área, segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)..

Ainda, a coleta e análise de dados também será realizada a partir de informações disponibilizadas por órgãos governamentais, sendo o primeiro o Ministério da Economia (ME, 2019), antigo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), que por sua vez faz uso do projeto *Comex Vis*, que apresenta gráficos dinâmicos construídos com dados sobre o comércio exterior do país, estados e municípios, além de apresentar informações sobre países parceiros e setores econômicos por intensidade tecnológica, atualizado semanalmente e mensalmente com valores da balança comercial. Também se faz uso da plataforma *Comexstat*, que oferece dados brutos para análise, reunidos pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

Para a apresentação de produtos que compõe a pauta exportadora maranhense, foi-se utilizado a *Standard International Trade Classification – SITC*, ou Classificação Uniforme para o Comércio Internacional (CUCI), apresentando a numeração e descrição seguindo a mencionada taxonomia. A divisão utilizada para exposição seria a de grupo de produtos, visto que contém a nomenclatura com nível de detalhamento maior se comparado à divisão por seção, também encontrada na plataforma *Comexstat*.

Ainda, os dados serão demonstrados através do preço, não sendo discutido para fins de análise o volume ou quilograma líquido. Utilizando a nomenclatura Valor FOB, que segundo o Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços, através do Manual de Utilização dos Dados Estatísticos do Comércio Exterior Brasileiro:

O valor FOB indica o preço da mercadoria em dólares americanos sob o Incoterm FOB (Free on Board), modalidade na qual o vendedor é responsável por embarcar a mercadoria enquanto o comprador assume o pagamento do frete, seguros e demais custos pós embarque. Nesse caso, o

valor informado da mercadoria expressa o valor exclusivamente da mercadoria. (Ministério da Economia, 2019, p. 19).

Os dados presentes no Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) também serão utilizados para coleta de informações sobre o comércio exterior e balança comercial, a nível estadual, utilizando relatórios divulgados pelo instituto. Outro órgão a ser utilizado para a descrição do campo de pesquisa será o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que expõe informações socioeconômicas sobre o país e regiões.

A utilização das bases de coleta de dados descrita acima pode caracterizar o presente estudo como também documental, visto que, segundo a definição de Gil (2010) a pesquisa documental trata da utilização de arquivos de empresas privadas ou órgãos públicos para a composição do estudo.

6 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DAS EXPORTAÇÕES MARANHENSES

A apresentação de resultados se dará seguindo a apresentação prévia da balança comercial maranhense nos últimos quatro anos, registrada através de dados do Ministério da Economia, de acordo com a pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços, seguida pela apresentação dos dados sobre o comércio exterior maranhense em relação a República Popular da China.

A presente pesquisa dedica-se a identificar os principais pontos do comércio exterior maranhense em relação à República Popular da China. Desse modo, a princípio retoma os quatro últimos anos de movimentações do comércio exterior maranhense, com o objetivo de caracterizá-lo e entender as recentes explorações do estado brasileiro.

Em dados atuais, fornecidos pelo Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o estado do Maranhão apresentou saldo deficitário em 2015, obtendo recuperação nos anos seguintes. Desde 2006, a balança comercial maranhense apresentava déficit, onde as importações superavam o registro do volume e dos valores exportados. A Figura 2 demonstra o quadro das exportações, importações e o saldo da balança comercial nos últimos dez anos.

Figura 2 – Exportações, importações e saldo da balança comercial maranhense de 2008 a 2018.



Fonte: Ministério da Economia, *Comex Vis* (2019).

Em 2016 a balança comercial apresentou saldo positivo e uma variação negativa de 42% nas importações e 27,5% no valor obtido através das exportações, fato que não ocorria a dez anos. A partir daí, apesar da redução no volume de exportações e – principalmente - nas importações, a economia maranhense voltada ao mercado externo obteve equilíbrio e, como consequência, vem apresentando resultados superavitários no saldo da balança comercial, como pode ser observado através da Tabela 3.

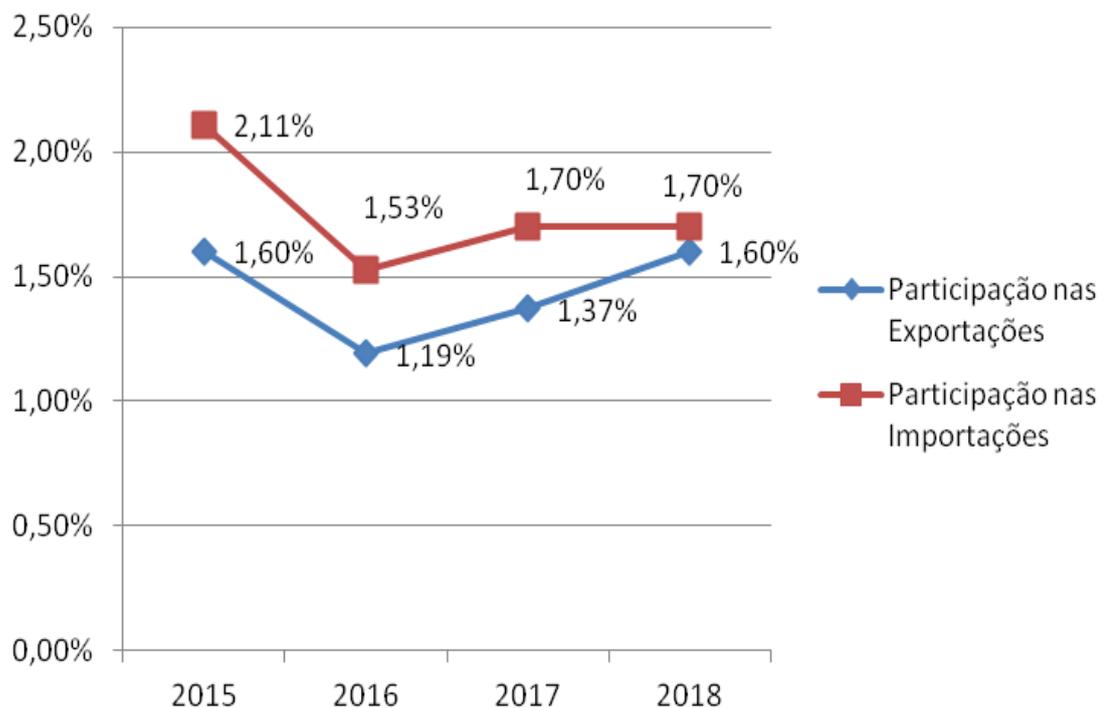
Tabela 3 – Exportações, importações e saldo da balança comercial maranhense de 2015 a 2018.

Ano	Exportações totais Valor FOB (US\$)	Importações Totais Valor FOB (US\$)	Saldo Valor FOB (US\$)
2018	3.828.117.862,00	3.094.076.014,00	734.041.848,00
2017	3.032.109.859,00	2.559.293.964,00	472.815.895,00
2016	2.209.829.813,00	2.101.754.691,00	108.075.122,00
2015	3.050.086.988,00	3.620.728.975,00	-570.641.987,00

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

Outro índice a ser comentado sobre a balança comercial maranhense se refere à participação do estado nas exportações e importações brasileiras. De 2015 a 2018, o estado do Maranhão obteve queda nas participações do país em 2016, com a já mencionada diminuição no volume de importações e exportações, e, logo após, em 2017, um aumento na participação, seguidos por 2018, com a diminuição das exportações e crescente participação nas importações brasileiras.

Gráfico 2 – Participação maranhense nas importações e exportações brasileiras entre 2015 e 2018.



Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

Com base nos dados obtidos através do Ministério da Economia (2019) e da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), podemos traçar então os principais produtos exportados e importados pelo Estado do Maranhão, ressaltando a participação de mercado de cada um dos produtos nos anos de 2015 a 2018.

6.1 Produtos que compõem a pauta exportadora do estado do Maranhão nos últimos quatro anos

Em 2015, segundo informações obtidas através do *Comexstat* (2019), e utilizando o código e descrição da Classificação Uniforme do Comércio Internacional (CUCI), os principais produtos exportados pelo estado do maranhão foram Minério de Alumínio, incluindo Alumina, com cerca de US\$ 1,06 Bilhões, Celulose e resíduos de papel, com US\$ 722,28 Milhões e ainda Sementes e frutos oleaginosos, Componentes de Ferro e o Algodão - que gerou a movimentação de cerca de US\$ 36,66 Milhões para o estado no mesmo ano.

Tabela 4 – Principais produtos que compõe a pauta exportadora do estado do Maranhão nos anos de 2015 a 2016.

CUCI	Descrição CUCI	2015	2016
		Valor FOB (US\$)	Valor FOB (US\$)
285	Minérios de alumínio e seus concentrados (incluindo alumina)	1.062.279.775,00	899.001.542,00
251	Celulose e resíduos de papel	722.277.078,00	581.356.799,00
222	Sementes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	691.977.586,00	355.075.941,00
671	Ferro-gusa, spiegel, ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas	281.479.106,00	188.387.149,00
263	Algodão	38.662.528,00	47.436.572,00

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

Já para 2016, segundo dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, os níveis de exportação maranhense reduziram causados pela queda do *quantum* de *commodities* e pela desvalorização no preço das mesmas. É possível identificar a diferença no valor exportado de cada produto entre 2015 e 2016, ainda na Tabela 4. Porém, no mesmo ano, houve queda também

no nível das importações possibilitando o registro da balança comercial superavitária, fenômeno não identificado durante os últimos dez anos.

O aumento das exportações em 2017 em relação ao ano anterior foi registrado como consequência da alta das *commodities* de Minério de Alumínio e derivados e Minério de Ferro, alta registrada a nível internacional. Os produtos agrícolas também obtiveram crescimento em volume, porém, não houve alteração no registro de preços, conforme Tabela 5.

Tabela 5 – Principais produtos que compõe a pauta exportadora do estado do Maranhão nos anos de 2017 a 2018.

CUCI	Descrição CUCI	2017 Valor FOB (US\$)	2018 Valor FOB (US\$)
285	Minérios de alumínio e seus concentrados (incluindo alumina)	1.253.499.329,00	1.630.169.625,00
222	Sementes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	710.316.459,00	988.387.960,00
251	Celulose e resíduos de papel	698.425.896,00	822.365.689,00
671	Ferro-gusa, spiegel, ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas	183.370.900,00	142.598.876,00
281	Minério de ferro e seus concentrados	54.218.832,00	68.109.025,00

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

Para 2018, os principais produtos em alta no mercado maranhense foram o Minério de Alumínio, com aumento registrado em razão da alta procura internacional; Semente e frutos oleaginosos; a Celulose, que seguiu o crescimento dos preços internacionais ocorridos em 2017 - mesmo que a quantidade das exportações não tenha sido registrada em grande volume, as exportações de pasta de celulose variaram positivamente em relação ao ano anterior -; componentes de ferro e Minério de ferro, como demonstrado anteriormente pela Tabela 5.

Por tanto, através dos dados apresentados podemos observar que o comércio exterior maranhense passa por variações em razão das alta e baixa do mercado internacional, principalmente em relação aos seus principais compradores historicamente, sendo China, Canadá e Estados Unidos. O estado busca através dos anos a diversificação de destinos da produção, para que os impactos causados

pela economia desses países sejam menores dentro do estado e da balança comercial.

6.2 Principais destinos das exportações maranhenses

Nos últimos quatro anos, o setor de exportação maranhense concentrou-se a pauta exportadora em oito principais países, Canadá, Estados Unidos China, países Baixos, Itália, Argentina, Noruega e Espanha, intercalando posições no ranking de principais destinos das exportações maranhenses.

Em 2015, a liderança da China no *ranking* de principais países importadores da produção maranhense, com 19,77% do total exportado pelo estado, seguidos pelos Estados Unidos, com 17,90% do total. No mesmo ano, o Maranhão apresentava total de 68,84% da pauta exportadora concentrada em países como China, Estados Unidos, Canadá, Islândia, Itália e Espanha e como consequência da pouca variação dos compradores da produção maranhense, o estado teria uma dependência maior da saúde econômica desses seis países.

Tabela 6 – Principais países que destinos da pauta exportadora do estado do Maranhão nos anos de 2015 a 2018.

Países	2018 Valor FOB (US\$)	2017 Valor FOB (US\$)	2016 Valor FOB (US\$)	2015 Valor FOB (US\$)
China	976.341.249,00	645.265.351,00	235.744.882,00	603.245.110,00
Canadá	801.240.083,00	684.676.765,00	378.591.261,00	293.604.122,00
Estados Unidos	730.306.333,00	481.737.346,00	362.098.132,00	546.226.075,00
Argentina	183.909.699,00	132.916.766,00	167.312.094,00	118.806.253,00
Noruega	179.057.981,00	44.492.165,00	76.053.860,00	46.428.973,00
Espanha	171.203.766,00	168.068.074,00	59.897.292,00	197.562.280,00
Países Baixos (Holanda)	150.929.829,00	148.839.847,00	201.303.569,00	129.555.701,00
França	95.644.975,00	48.670.848,00	57.432.748,00	54.908.868,00
Itália	95.589.422,00	124.386.097,00	190.547.177,00	198.823.488,00
Islândia	75.974.226,00	49.401.760,00	35.439.913,00	260.280.474,00
Tailândia	51.053.645,00	29.843.297,00	68.519.467,00	19.321.205,00
Outros países	277.257.545,00	473.811.543,00	376.889.418,00	581.324.439,00
Total	3.788.508.753,00	3.032.109.859,00	2.209.829.813,00	3.050.086.988,00

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

Em relação a 2016, a pauta exportadora passou por uma diversificação de países destinos, com o aumento de produtos exportados ao Canadá, e aumento da participação de países como Itália, Países Baixos, Argentina e Noruega. Porém, a concentração das exportações de 2016 residia principalmente em países como China, Estados Unidos e Canadá, possuindo 44,19% das exportações maranhenses.

Em 2017, o Canadá foi registrado como o primeiro no ranking de consumidores de produtos maranhenses, movimentado cerca de US\$ 684,68 Milhões. Porém, no ano seguinte a República Popular da China ultrapassou as importações canadenses, com US\$ 976,34 Milhões, seguido pelo Canadá, Estados Unidos e Argentina.

7 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DAS EXPORTAÇÕES MARANHENSES PARA A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A partir do cenário apresentado sobre as características do comércio exterior maranhense, partimos para a apresentação e análise de dados referentes à República Popular da China, que, como mencionado anteriormente, está entre os cinco maiores destinos receptor de produtos do estado do Maranhão e desde 2008, como um dos principais receptores de produtos brasileiros.

Para tanto, é necessário apresentar primeiramente os pontos gerais sobre o comércio entre o Maranhão e a China, com os saldos da balança comercial e níveis de exportação e importação, depois apresentar os produtos que definem esse mercado e logo após fazer uma análise de participação maranhense nas exportações do Brasil para o país asiático.

7.1 Evolução do comércio exterior maranhense com a República Popular da China de 2015 a 2018.

Em 2015 o Maranhão exportou um total de US\$ 603, 24 Milhões para a República Popular da China, como pode ser observado através da Tabela 7. Esse montante foi reduzido em 2016, onde as exportações decaíram para 235, 74 Milhões, fator anteriormente citado como decorrência da queda do volume total de exportações maranhenses ocorrida no período.

Tabela 7 – Total anual de exportações maranhenses para a República Popular da China de 2015 a 2018.

Ano	Valor FOB (US\$)
2018	976.341.249,00
2017	645.265.351,00
2016	235.744.882,00
2015	603.245.110,00

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

Com crescimento de 51,3% em relação ao ano anterior, cerca de US\$ 976,34 Milhões foi exportado para a República Popular da China em 2018, trazendo

o país para a primeira posição no *ranking* de exportadores da produção maranhense e a participação de 25, 8% do total exportado pelo estado.

7.2 Produtos que fundamentam o comércio exterior maranhense com a República Popular da China nos últimos quatro anos

A pauta exportadora maranhense durante 2015 a 2017 baseou-se principalmente em dois produtos, sendo estes Sementes e frutos Oleaginosos e Celulose. Em 2015, o Minério de alumínio foi o terceiro produto da pauta exportadora maranhense para a China, seguido por Medicamentos, que não incluem medicamentos de uso veterinário, e Algodão, de acordo com a Tabela 8.

Tabela 8 – Principais produtos maranhenses com destino a República Popular da China de 2015 a 2017.

CUCI	Descrição CUCI Grupo	2015 Valor FOB (US\$)	2016 Valor FOB (US\$)	2017 Valor FOB (US\$)
222	Sementes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	407.823.592,00	187.986.281,00	492.534.010,00
251	Celulose e resíduos de papel	146.112.181,00	34.942.811,00	145.846.447,00
285	Minérios de alumínio e seus concentrados (incluindo alumina)	43.047.285,00	2.335.389,00	-
541	Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto medicamentos do grupo 542	3.424.896,00	1.970.880,00	787.200,00
263	Algodão	2.526.277,00	1.462.694,00	3.380.207,00
931	Operações especiais e commodities não classificadas de acordo com o tipo	197.924,00	192.517,00	200.488,00
611	Couro	57.955,00	2.512.494,00	1.944.597,00
291	Matérias brutas de animais	55.000,00	263.250,00	375.000,00
044	Milho (exceto milho doce), não moído	-	2.033.330,00	-
281	Minério de ferro e seus concentrados	-	2.045.236,00	-
287	Mineiros e concentrados dos metais de base	-	-	197.402,00

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

Ainda observando a Tabela 8, em 2016 há o acréscimo da exportação de Minério de Ferro e Milho, e o decaimento do valor exportado para a República Popular da China, diminuição essa já identificada a nível regional, onde o volume e valor das exportações maranhenses sofreram queda no mesmo período. 2017, no entanto, o valor das exportações maranhenses para a China consolidou a recuperação da pauta exportadora.

Para 2018, podemos identificar na Tabela 9 o aumento da diversificação de produtos exportados com destino a China.

Tabela 9 – Principais produtos maranhenses com destino a República Popular da China em 2018.

CUCI	Descrição CUCI Grupo	Valor FOB (US\$)
222	Sementes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	815.116.445,00
251	Celulose e resíduos de papel	86.170.186,00
281	Minério de ferro e seus concentrados	50.919.508,00
263	Algodão	17.965.794,00
611	Couro	2.193.716,00
291	Matérias brutas de animais	331.590,00
931	Operações especiais e commodities não classificadas de acordo com o tipo	159.062,00
054	Produtos hortícolas, frescos, refrigerados, congelados ou simplesmente preservadas (incluindo leguminosas secas); raízes, tubérculos e outros produtos vegetais comestíveis, frescos ou secos	23.078,00
012	Outras carnes e despojos comestíveis de carne, frescos, refrigerados ou congelados (exceto carne e despojos de carne impróprios para consumo humano)	16.564,00
057	Frutas e nozes (não incluindo nozes oleaginosas), frescas ou secas	12.476,00

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

De acordo com o cenário retratado então, podemos identificar que a pauta exportadora maranhense é composta principalmente por produtos primários, como produtos agrícolas ou minerais, seguindo o comportamento das exportações brasileiras para o país asiático.

Cabe ressaltar que os valores das *commodities* são amplamente afetados pelo cenário internacional, se há queda nos preços a nível internacional, haverá grandes possibilidades da queda de preços a nível regional, o que torna a economia maranhense vulnerável a economia externa. Fato agravado pela pouca diversidade dos destinos da pauta exportadora do Estado do Maranhão, como já visto anteriormente. Nesse sentido, cabe a exposição da participação maranhense nas exportações brasileiras para a República Popular da China.

7.3 Participação das exportações maranhenses no comércio exterior brasileiro em relação a produtos com destino a República popular da China

A análise de dados é realizada utilizando dados do *Comexstat* (2019), onde o número total da pauta exportadora é comparado à exportação maranhense para a República Popular da China, na intenção de obter o percentual de participação maranhense nas exportações brasileiras ao país asiático.

Para tanto, serão utilizados os principais produtos que fundamentam o comércio exterior maranhense com a República Popular da China, conforme visto no tópico anterior, para serem comparados com as exportações totais brasileiras, a fim de que se encontre o índice de participação.

Na Tabela 10 podemos entender então que no ano de 2015 o Maranhão contribuiu com 39% da pauta exportadora Medicamentos e produtos farmacêuticos com destino a China. Se comparado aos demais produtos, as exportações de Medicamentos, entretanto, apresentam um menor grau de participação nas exportações, em relação ao Valor FOB.

A celulose proveniente do estado, por sua vez apresenta 30% de participação nas exportações brasileiras para a China, com o valor monetário mais representativo nas exportações totais.

Tabela 10 – Participação das exportações maranhenses com destino a República Popular da China em 2015.

CUCI	Descrição CUCI Grupo	Maranhão Valor FOB (US\$)	Brasil Valor FOB (US\$)	Participação (%)
222	Sementes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	407.823.592,00	15.787.785.730,00	3%
251	Celulose e resíduos de papel	146.112.181,00	1.862.365.079,00	8%
285	Minérios de alumínio e seus concentrados (incluindo alumina)	43.047.285,00	143.676.534,00	30%
541	Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto medicamentos do grupo 542	3.424.896,00	8.795.730,00	39%
263	Algodão	2.526.277,00	165.778.639,00	2%

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

Para 2016, entretanto, conforme demonstrado na Tabela 11, o nível de participação de cada produto decaiu por conta da queda nas exportações totais maranhenses, fenômeno já expressado anteriormente. Os números mais expressivos de participação ficariam por conta da pauta Celulose e resíduos de papel, que obteve cerca de 1,61% nas participações das exportações brasileiras para a China.

Tabela 11 – Participação das exportações maranhenses com destino a República Popular da China em 2016.

CUCI	Descrição CUCI Grupo	Maranhão Valor FOB (US\$)	Brasil Valor FOB (US\$)	Participação (%)
222	Sementes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	187.986.281,00	14.386.470.816,00	1,31%
251	Celulose e resíduos de papel	34.942.811,00	2.166.325.848,00	1,61%
611	Couro	2.512.494,00	559.915.677,00	0,45%
285	Minérios de alumínio e seus concentrados (incluindo alumina)	2.335.389,00	122.097.726,00	1,91%
281	Minério de ferro e seus concentrados	2.045.236,00	7.314.834.717,00	0,03%

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

Há pouca modificação no ano posterior, em 2017, os principais produtos exportados pelo Maranhão a China responderam por um percentual de 2,6% e 5,7%, respectivamente sendo Celulose e Sementes e frutos oleaginosos, passando por um pequeno aumento na contribuição às exportações brasileiras.

Tabela 12 – Participação das exportações maranhenses com destino a República Popular da China em 2017.

CUCI	Descrição CUCI Grupo	Maranhão Valor FOB (US\$)	Brasil Valor FOB (US\$)	Participação (%)
222	Sementes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	492.534.010,00	18.831.132.592,00	2,6%
251	Celulose e resíduos de papel	145.846.447,00	2.572.550.508,00	5,7%
263	Algodão	3.380.207,00	132.896.308,00	2,5%
611	Couro	1.944.597,00	353.101.207,00	0,6%
541	Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto medicamentos do grupo 542	787.200,00	4.655.468,00	16,9%

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

Porém, novamente o produto com maior participação a nível nacional foram Medicamentos e produtos farmacêuticos, com 16,9% da pauta com destino a República Popular da China, com valor monetário menos representativo que os demais produtos

Em 2018, o grupo Celulose passou por um significativo aumento nas exportações brasileiras para a China, aumentando também a participação maranhense, conforme Tabela 13. Ainda, há adição da pauta Algodão com 3,5% de participação na pauta exportadora brasileira, entre os itens mais exportados para a República Popular da China.

Tabela 13 – Participação das exportações maranhenses com destino a República Popular da China em 2018.

CUCI	Descrição CUCI Grupo	Maranhão Valor FOB (US\$)	Brasil Valor FOB (US\$)	Participação (%)
222	Sementes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	818.078.974,00	27.233.072.304,00	3,0%
251	Celulose e resíduos de papel	86.170.186,00	3.471.013.493,00	2,5%
281	Minério de ferro e seus concentrados	50.919.508,00	10.931.536.595,00	0,5%
263	Algodão	18.350.815,00	524.727.789,00	3,5%
611	Couro	2.193.715,00	366.178.478,00	0,6%

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos através do Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa então expôs uma série de características associadas ao comércio exterior brasileiro, ao comércio exterior do estado do Maranhão e as relações obtidas através das exportações para a República Popular da China, observando através de dados, os principais pontos a serem comentados sobre as relações comerciais entre os dois territórios.

Primeiramente, foram-se abordadas as principais teorias do comércio internacional, na intenção de demonstrar o motivo pelo qual as nações comercializam entre si e a maneira com que elas interagem comercialmente a fim de obter vantagem no comércio, perpassando pela teoria da vantagem absoluta, comparativa, a teoria da dotação de valores e por fim, a importância que a demanda assume frente ao mercado internacional. A formação do comércio exterior brasileiro também foi tema do trabalho, visando apresentação das medidas adotadas historicamente pelo Brasil em relação ao comércio exterior, passando pelas medidas de proteção ao mercado internacional até o estímulo ao comércio internacional, nos anos onde práticas liberais foram adotadas.

Para entendermos a importância da República Popular da China, a pesquisa trouxe alguns dos principais pontos da relação comercial na história com o Brasil, desde as primeiras visitas ao país asiático até a crise da economia mundial de 2008, onde a China tomou importância não só a nível nacional, mas em todo comércio internacional. Ainda, a nível regional, foi-se apresentado informações sobre o comércio maranhense com a República Popular da China, adquirindo a importância também durante a crise de 2008.

Para a pesquisa foi-se utilizado dados do Ministério da Economia, em 2019, encontrados através do sistema *Comexstat*. O sistema é responsável pela organização de dados referentes às exportações e importações brasileiras, descrevendo por estado produtor, país destino e grupos de produtos. Foi-se utilizada a descrição da Classificação Uniforme para Comércio Internacional. Através desse arranjo de dados podemos observar, primeiramente, as principais características do comércio exterior do estado do Maranhão, durante os anos de 2015 a 2018, período de avaliação da pesquisa, sendo constatados que em anos anteriores a 2016 a balança comercial maranhense apresentava déficit – importações que

ultrapassavam as exportações em valor e volume. Porém os números após 2016 demonstram superávit na balança comercial maranhense, aumentando também o grau de participação maranhense na balança comercial brasileira.

Os principais produtos exportados pelo Maranhão nos últimos quatro anos basearam-se principalmente em produtos primários, com pouco ou nenhum processamento, que por sua vez possuem baixo valor agregado, como Minérios de Alumínio, Celulose e Sementes de Frutos Oleaginosos, sendo os três definidos como os produtos mais exportados pelo estado do Maranhão, entre os anos de 2015 e 2018.

Os países que mais recebem produtos do estado do Maranhão foram identificados como China, Canadá, Estados Unidos, com tentativas de diversificação dos compradores da produção maranhense. Porém, esses países ainda possuem grande parcela da pauta exportadora do estado, fato que influencia diretamente o preço e volume das exportações maranhenses, sendo os itens vulneráveis as mudanças na economia desses países.

Por fim, foi-se analisada a participação no comércio exterior maranhense com a República Popular da China, onde, entre os anos de 2015 a 2018, o aumento das exportações para a China garantiu a primeira posição no *ranking* de exportadores de produtos maranhenses. Os produtos exportados para a China foram identificados como produtos básicos, primários provenientes da agricultura e extração de minério, sendo estes também já identificados como os principais produtos que compõem a pauta exportadora maranhense. Nos anos de 2015 a 2017, a pauta concentrou-se principalmente em Sementes de frutos oleaginosos e Celulose, já para em 2018 houve uma maior diversificação da pauta exportadora.

Houve então uma comparação com a pauta exportadora brasileira com a China, medindo os principais produtos exportados do Maranhão para a República Popular da China com o total exportado pelo Brasil. Assim, houve percepção de que a pauta exportadora maranhense para a China ainda representa um percentual pequeno se comparado aos demais estados do Brasil.

Para entendermos as relações comerciais com a República Popular da China com o estado do Maranhão, entretanto, outros conteúdos podem ser abordados, como os índices da balança de pagamentos, investimento estrangeiro aplicado, índices de importação e fatores econômicos que afetam o mercado

internacional, proporcionando altas e baixas no preço e volume da produção, não abordados no presente texto.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. **Governo do Maranhão cumpre agenda na China e avança nos debates sobre empreendimentos no estado**. São Luís, 2017. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/desenvolvimento/governo-do-maranhao-cumpra-agenda-na-china-e-avanca-nos-debates-sobre-empreendimentos-no-estado>>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- BBC BRASIL. **Crise muda perfil das exportações brasileiras**. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090908_crise_exportacoes_ac_n>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- BAUMANN, R. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China ?. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 31-44, nov. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782011000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de novembro de 2018.
- BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio. **Comex Vis 2019**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso em: 2019.
- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CARBAUGH, Robert J. **Economia internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- CASSANO, F. A. A teoria econômica e o comércio internacional. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 112-128, 2002.
- CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Relações Econômicas Internacionais**. Brasília: Vestcon, 2004.
- CONTI, B.; BLIKSTAD, N. **Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI**: o que queremos que sejamos e o que queremos ser. Texto para Discussão IE/UNICAMP n. 292. 2017. 29 p.
- FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013. 64 p.
- FERCHEN, Matt. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 105-130, nov. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 319 p.
- HELPMAN, E; KRUGMAN, P R. **Market Structure of Foreign Trade, Increasing Returns, Imperfect Competition and International Economy**. The MIT Pres, 1985. 261 p.
- IBGE. **Área territorial brasileira**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- JENKINS, R. **Is chinese competition causing deindustrialization in Brazil?**. Latin American Perspectives. Jul. 2015. 23 p.
- KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. 10ª. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. 76 p.
- LEONTIEF, W. Domestic production and foreign trade: the american position re-examined. Proceedings of the American Philosophical Society, n. 37, 1953.
- LINDER S. **An Essay on Trade an Transformation**. New York: John Wiley, 1961.
- MACHADO, Danniell Lafetá. **A Qualificação da Mão-de-Obra no Comércio Internacional Brasileiro: um Teste do Teorema de Heckscher-Ohlin**. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MELO, M. C. P. **Comércio Exterior da Região Nordeste na Esteira do “Efeito China”**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.
- MELO, M. C. P.; MOREIRA, C. A. L. **China X Nordeste do Brasil: uma Qualificação das Transações Comerciais Bilaterais Recentes**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
- MORAES, A. L. M. de **A liberalização econômica da China e sua importância para as exportações do agronegócio brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica: Embrapa-Secretaria de Gestão e Estratégia, 2004.
- OHLIN, B. **Interregional and international trade**. Cambridge: Harvard University Press, 1933.
- PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. 15ª. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989. 21 p.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e de tributação**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

SALVATORE, Dominick. **Economia internacional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2000.

SAMUELSON, P. A. International factor-price equalisation once again. **Economic Journal**, v. 59, n. 234, p. 181 -1 97,1949. Republicado em CAVES, E.R., JOHNSON, H. C. (eds.). Readings in international economics. Illinois: Hornewood, 1968.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. São Paulo: Madras, 2009.

SOARES, Claudio César Soares. **Introdução ao comércio exterior**: Fundamentos teóricos do comércio internacional. São Paulo: Saraiva, 2004. 13 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 47 p.

VERNON, R. La inversión internacional y El comércio internacional em El ciclo de productos. In: Rosenberg, N. (org.). **Economia Del Cambio tecnológico**. Trad. De Eduardo L. Suarez. México: Fondo de Cultura Econômico, 1979.

WERNECK, Paulo. **Comércio Exterior & Despacho Aduaneiro**. 4ª ed. Curitiba: Jorúá, 2011. 22 p.

ANEXO A – REPORTAGEM

Governo do Maranhão cumpre agenda na China e avança nos debates sobre empreendimentos no estado



Vice-governador Carlos Brandão fala ao grupo Sinopec sobre as potencialidades do Maranhão e sua expansão no mercado internacional. (Foto: Aline Cristina)

O vice-governador Carlos Brandão está em Pequim, na China, desde quinta-feira (31), coordenando uma comitiva de maranhense que cumpre, até o início da próxima semana, agenda de trabalho com setores públicos e empresarias com o objetivo de consolidar novos investimentos no Maranhão. Os secretários estaduais Pierre Januário (Programas Especiais) e Simplício Araújo (Indústria e Comércio) integram a comitiva.

Os representantes do governo maranhense participam de debates voltados para empreendimentos que podem incrementar o desenvolvimento do estado. Um exemplo é o ‘Brazil + China Challenge 2017’, evento que reúne pensadores como o senador Cristovam Buarque; o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio; o ex-secretário nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, dentre outras personalidades brasileiras e chinesas.

Em pauta, discussões envolvendo governança, mobilidade urbana, desafios estruturais e demais temas contemporâneos que podem garantir transformações essenciais nos países participantes das discussões. O Maranhão foi convidado a fazer parte dos debates coletivos e deve dar a sua contribuição até o último dia do evento. Paralelamente, a comitiva maranhense também tem cumprido compromissos que dizem respeito a novos investimentos para os ramos da siderurgia e da refinaria-petroquímica.

Agenda

No primeiro dia em Pequim, os maranhenses conversaram com membros da 'New Development Bank', da China Huanqiu Contracting & Engineering Co., Ltd. (HQC) e do grupo Sinopec. Todas as conversações tiveram como pano de fundo a cooptação de investidores e fontes de recursos para grandes empreendimentos no Maranhão. Algumas destas agendas contaram, também, com a presença do deputado federal José Reinaldo Tavares e de membros da empresa do ramo da siderurgia que deve se instalar em nosso estado, a CBSteel.

Um dos debates mais importantes envolvendo o Maranhão, sempre realizados sob a coordenação do vice-governador Carlos Brandão, foi sobre a refinaria-petroquímica que está, agora, em fase final de escolha de um parceiro tecnológico e operacional. Nos bastidores, existe uma forte disputa entre a Índia e a China. Os indianos estiveram pelo menos duas vezes no Maranhão e expressaram o mais forte interesse em assumir o comando da instalação da refinaria-petroquímica. Atualmente, são pelo menos quatro grupos distintos da Índia que vem trabalhando há mais de um ano em toda a parte técnica, inclusive tendo completado estudos e apresentado propostas.

A China, no momento, está à frente das propostas de investimentos com as melhores soluções. Em especial, por conta dos amplos debates que realiza com gestores do Maranhão, além da afinidade política que existe entre os governos, agora assumindo contornos mais definitivos. O vice-governador Carlos Brandão e os secretários de Estado estiveram com as duas mais importantes empresas da China (Sinopec e HQC), as únicas duas em todo o mundo capazes de realizar, sozinhas, a engenharia, a construção, a fabricação dos equipamentos e a operação de uma refinaria-petroquímica.

De acordo com o vice-governador Carlos Brandão, a Sinopec é a alternativa mais consistente, no momento. "Trata-se da maior empresa chinesa em faturamento, a maior empresa de petróleo do mundo também em faturamento, atingindo 283,6 bilhões de dólares anuais. É a maior empresa verticalmente integrada de refino e petroquímico do globo, incluindo no mesmo grupo de tecnologias de refino e petroquímica, engenharia de refino e petroquímica, construção de refinarias e petroquímicas, equipamentos para refinarias e petroquímicas bem como operações de plantas de refinarias e petroquímicas", pontuou, otimista, o vice-governador.

Contudo, ele afirmou que as portas não estão fechadas e as discussões seguem democraticamente.

O secretário Simplício Araújo lembrou que a Sinopec foi a empresa internacional com grandes investimentos no Brasil, tendo aportado mais de 12 bilhões de dólares em apenas dois investimentos no setor de upstream (parte da cadeia produtiva que antecede o refino). “Vale notar que a Sinopec é a empresa chinesa com maior presença no Irã, parte essencial da refinaria-petroquímica que deve protagonizar estadia no Maranhão”.

O vice-governador tem recebido o interesse de outras empresas de regiões como o Oriente Médio, Europa e também dos Estados Unidos. Porém, atualmente, o grande foco é definir entre a Índia e a China, campeãs na expertise voltadas para estes setores de desenvolvimento. Pequim, capital da China, tem sido o palco das negociações durante a passagem da comitiva maranhense no país asiático, durante o evento ‘Invest in Brazil’. O alto nível das negociações inclui o aval do presidente Michel Temer e do presidente Xi Jinping para novos investimentos entre Brasil e China. O Maranhão está entre os onze grandes projetos encarados como prioritários para ambas as nações.

No momento, o Maranhão desponta como o estado brasileiro que mais atrai o olhar de renomados investidores. Para o secretário de Programas Especiais, Pierre Januário, esse fato reflete o esforço do governo maranhense em sanar questões que geralmente empacaram as chegadas de empreendimentos expressivos ao estado, ao longo da história, como é o caso de questões vinculadas ao meio ambiente, tributos, infraestrutura e política comercial.

“Estamos empenhados em viabilizar todo o apoio aos investidores para que possam transitar da melhor forma possível para dialogar com o Governo do Maranhão e realizar os seus projetos com toda prioridade e excelência que eles exigirem”, reforçou o secretário de Programas Especiais. A comitiva maranhense liderada pelo vice-governador Carlos Brandão participará da cerimônia de assinatura de atos, prevista para este sábado (2), que compreenderá a Lei de Incentivos Fiscais à CBSteel.

ANEXO B – REPORTAGEM

Crise muda perfil das exportações brasileiras

A crise econômica mundial provocou uma mudança no perfil do Brasil como exportador. Em abril, a participação dos produtos básicos (commodities que não passaram por processo industrial) no total das vendas externas do mês superou a dos manufaturados, o que não ocorria desde 1978, segundo dados da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Essa inversão se manteve nos meses seguintes, e a previsão da AEB é de que, no acumulado de 2009, os produtos básicos representem em torno de 41% do total exportado, ante 40% de manufaturados.

Se essa projeção for confirmada, será a primeira vez em mais de 30 anos que a fatia das vendas externas de commodities supera a de manufaturados no resultado total.

“Nos últimos meses, os básicos superaram muito os manufaturados”, diz o vice-presidente da AEB, José Augusto de Castro. No mês de agosto, os produtos básicos responderam por 44% do total exportado pelo Brasil, ante 40,4% dos manufaturados.

Tendência

O resultado de 2009 ainda depende do desempenho nos próximos meses, e nem todos os economistas consultados pela BBC Brasil compartilham a previsão de inversão na pauta de exportações no acumulado do ano.

No entanto, todos afirmam que o aumento da participação das commodities e a diminuição dos manufaturados já era uma tendência, acentuada pela crise econômica, que provocou queda das exportações brasileiras e redução generalizada no fluxo de comércio mundial.

“Houve uma queda na corrente de comércio que não acontecia há 40 anos. No caso das exportações, houve queda muito grande tanto de quantum (volume) quanto de preços”, diz o economista Francisco Pessoa, da LCA Consultores. “Como era de se esperar, a queda no quantum de básicos foi menor do que no de manufaturados.”

Nos primeiros oito meses deste ano as exportações brasileiras totalizaram US\$ 98 bilhões, queda de 24,7% em relação ao mesmo período de 2008. Entre os

básicos, a redução foi de 13,1%, bem abaixo da queda de 31,3% registrada entre os manufaturados.

Quando se compara o volume total (quantidade) das exportações do Brasil de janeiro a julho em relação aos sete primeiros meses do ano passado, a queda foi de 13%. Entre os manufaturados, a redução foi mais acentuada, de 27%. No entanto, os bens básicos registraram alta de 6,5%.

“Uma repercussão extrema da crise é a queda na exportação de manufaturados, que já vinha sofrendo desde 2006, com uma valorização muito forte da nossa moeda”, diz o economista Júlio Gomes de Almeida, professor da Unicamp e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

“O impacto da crise sobre as exportações foi ruim de modo geral, mas foi especialmente ruim para os manufaturados”, afirma Almeida.

Fatores

Grande parte das exportações brasileiras de manufaturados é destinada a países da América Latina e aos Estados Unidos, que foram fortemente atingidos pela crise e, com isso, reduziram suas importações.

“Além disso, houve questões específicas no Brasil, como uma antecipação grande de importação de soja pela China, que está compondo seus estoques, e também crescimento da exportação de petróleo, que ajudaram a fazer com que os básicos tivessem um acumulado muito melhor”, diz Pessoa.

Apesar de também ter enfrentado uma desaceleração em decorrência da crise, a China ainda manteve fortes suas importações do Brasil, principalmente de commodities como minério de ferro e soja.

Nesse contexto, a crise também desempenhou um papel catalisador no fortalecimento da China enquanto principal destino das exportações.

Dentre os cinco maiores parceiros comerciais, o gigante oriental foi o único que registrou aumento nas importações oriundas do Brasil.

Nos sete primeiros meses do ano, os embarques pra China totalizaram US\$ 12,4 bilhões, um aumento de 25% em relação aos US\$ 9,9 bilhões registrados entre janeiro e julho de 2008.

Na mesma época, as vendas aos outros quatro maiores compradores - Estados Unidos, Argentina, Holanda e Alemanha - apresentaram quedas de 46%, 42%, 26% e 33% respectivamente.

Alguns setores industriais afirmam ainda que a valorização do real frente ao dólar afeta a competitividade das exportações brasileiras, especialmente de manufaturados – opinião que não é compartilhada por todos os economistas.

Depois de um movimento de alta a partir de 2006, a moeda brasileira registrou um período de desvalorização com a crise, mas em seguida voltou a ganhar força.

“Com a atual taxa de câmbio e com a retração do mercado internacional, os produtos manufaturados são os que mais sentem o impacto negativo da crise”, afirma Castro.

Os preços das commodities, que registraram forte crescimento ainda antes da crise, também impulsionaram a mudança de perfil.

“Ainda que não mudasse a quantidade exportada, só o fato de os preços dos básicos estar crescendo muito mais faria com que a pauta sofresse essa mudança”, diz Pessoa.

Polêmica

No momento atual, em que o mundo ainda não se recuperou da crise e a demanda internacional por manufaturados continua em queda, o fato de o Brasil poder contar com a força das exportações de commodities é visto como um fator positivo.

“O setor agropecuário teve papel extraordinário enquanto fator defensivo”, diz o economista Fabio Silveira, sócio-diretor da RC Consultores.

No entanto, a possibilidade de que os produtos básicos mantenham seu peso crescente nas exportações mesmo passada a crise causa preocupação e divide opiniões.

Para o vice-presidente da AEB, a extrema dependência de produtos básicos deixa o Brasil mais vulnerável. “Quando se exporta commodities, o país exportador não tem nenhum controle nem sobre o preço nem sobre a quantidade. A decisão é sempre do importador”, afirma Castro.

“Essa é uma questão extremamente polêmica”, diz Pessoa. “Inclusive, define em alguma medida a diferença entre desenvolvimentistas e não-desenvolvimentistas.”

Segundo o economista da LCA, há a ideia de que os preços das commodities teriam tendência estrutural de queda, o que tornaria os países em

desenvolvimento sempre com tendência de déficit em transações correntes. Além disso, a capacidade de geração de emprego e captação de tecnologia é maior nos bens manufaturados do que nos básicos.

“Isso não deixa de ser verdade hoje, mas com alguns questionamentos”, afirma Pessoa. “Dada a entrada da China, o crescimento da população mundial e a dificuldade de expansão da produção de alguns bens básicos, é de se questionar se realmente os preços das commodities vão ter uma tendência de queda o tempo inteiro.”

Pessoa afirma ainda que a pauta de bens básicos hoje é muito mais diversificada do que no passado e inclui alguns produtos que exigem adoção de tecnologia e têm impacto maior no emprego.

O economista da LCA diz também que, com a exploração do petróleo na camada do pré-sal, a tendência é de que a participação dos básicos nas exportações brasileiras aumente ainda mais.

“Não importa que os básicos tenham uma participação maior, desde que você também consiga vender manufaturados, de uma maneira que traga tecnologia e emprego”, diz Pessoa.

Futuro

Segundo Almeida, há o temor de que, com a redução de competitividade nos manufaturados, o Brasil acabe perdendo terreno quando a economia mundial voltar a crescer.

“Há outros países, como a China, aumentando sua competitividade. No momento em que a economia mundial voltar a crescer, quem vai ocupar esse espaço deixado pela queda de exportações? Será que o Brasil terá o mesmo espaço? Não tenho condições de avaliar inteiramente, mas temo que o Brasil possa ficar para trás”, diz Almeida.

“Nossa exportação é pequena (em torno de 1% do mercado mundial), mas tem qualidade. Agora, está correndo o risco de perder até mesmo essa qualidade.”

Um estudo divulgado em maio pela FGV Projetos e a consultoria Ernst & Young, com projeções até 2030, afirma que o Brasil deve perder participação nas exportações mundiais, especialmente no setor de manufaturados.

As projeções indicam que até 2030 as exportações brasileiras de manufaturados deverão crescer a uma média de 1,8% ao ano, enquanto as importações mundiais devem crescer 3,7% ao ano.

Segundo Luiz Passetti, sócio da Ernst & Young, apesar de elaborado ainda antes do agravamento da crise, o estudo já foi feito com base em um cenário conservador, e o momento atual não altera as projeções.

De acordo com os autores do estudo, o aumento insuficiente da competitividade - atribuído a fatores como custo crescente de energia, gargalos de infra-estrutura, um sistema tributário que encarece o preço final dos bens e investimentos insuficiente em pesquisa e desenvolvimento - fará com que o perfil das exportações brasileiras seja cada vez mais de produtos básicos.

**colaborou Marina Wentzel, de Hong Kong*